



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

www.guariba.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba

Terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Ano VII | Edição nº 1472

Página 1 de 14

SUMÁRIO

Poder Executivo	2
Atos Oficiais	2
Portarias	2
Decretos	3
Resoluções	4
Licitações e Contratos	9
Homologação / Adjudicação	9
Extrato de Termo Aditivo	9
Aviso de Contratação Direta	11
Termo de Cancelamento	11
Aviso de Licitação	12
Extrato	12
Autorização de Contratação Direta	12

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Guariba, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Guariba poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.guariba.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Guariba

CNPJ 48.664.304/0001-80
Avenida Evaristo Vaz, 1190
Telefone: (16) 3251-9422
Site: www.guariba.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba

Câmara Municipal de Guariba

CNPJ 01.659.932/0001-03
Avenida Marcelo Ragazzi, 491
Telefone: (16) 3251-1131
Site: www.guariba.sp.leg.br



Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Guariba garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.guariba.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/guariba



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

Terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Ano VII | Edição nº 1472

Página 2 de 14

PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Portarias

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUARIBA

Portaria do Secretário Municipal de Educação nº 08/2024, de 10/12/2024.

Dispõe sobre o Processo de Atribuição de Classes e Aulas aos Docentes do Quadro do Magistério

O Secretário Municipal de Educação, à vista do disposto no artigo 26 da Resolução nº 02/2024 de 09 de dezembro de 2024, e considerando a necessidade de complementar normas, critérios e procedimentos a serem adotados no processo anual de atribuição de classes e aulas da Rede Municipal de Ensino, expede a presente portaria.

Da Classificação

Artigo 1º - Para fins de classificação no processo de atribuição de classes e aulas, em todas as suas fases e etapas, deverão ser observados os critérios e procedimentos constantes da Resolução nº 02/2024 de 09 de dezembro de 2024.

Parágrafo único - É vedada acumulação dos pontos dos títulos de Mestrado e Doutorado, prevalecendo o título de maior valor.

Artigo 2º - A contagem de tempo de serviço deverá ser realizada, obedecendo como data limite para a contagem de tempo, 30 de junho do corrente ano.

Artigo 3º - Em casos de empate de pontuação da classificação dos inscritos, o desempate deverá se efetuar na seguinte ordem de critérios:

- I - pelo maior tempo de serviço no Magistério;
- II - pela maior idade/data de nascimento;
- III - por encargos de família (maior número de dependentes).

Artigo 4º - A classificação de todos os inscritos será referência básica em qualquer sessão de atribuição de classes e aulas durante o ano, submetendo-se à ordem de prioridade das habilitações que deverá prevalecer.

Artigo 5º - A classificação dos docentes municipais titulares de cargo obedecerá ao seguinte cronograma:

a) dia 11/12/2024 - fixação da classificação preliminar nas Unidades Escolares e no site da Prefeitura, no endereço: www.guariba.sp.gov.br;

b) dias 11 e 12/12/2024 - interposição de recursos;

c) dia 13/12/2024 - análise dos recursos e fixação da Classificação Final nas Unidades Escolares e no site da Prefeitura, no endereço: www.guariba.sp.gov.br;

Parágrafo único - Os recursos deverão ser interpostos na Secretaria Municipal de Educação, sito à Av. João de Miguel nº 101 - Residencial Macaúbas - Guariba/SP,

em formulário específico, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00.

Da Atribuição de Classes e Aulas

Artigo 6º - No processo inicial, as classes ou aulas atribuídas para constituição das jornadas de trabalho dos titulares de cargo que entrem em afastamento, estarão disponíveis para atribuição.

§ 1º - As classes ou aulas em substituição, descrita no "caput" deste artigo, somente poderão ser atribuídas no processo inicial, a docente que não teve aulas livres atribuídas para constituição de jornada (adido).

§ 2º - É vedada a troca de classes e/ou aulas durante o ano letivo, salvo os casos previstos no artigo 15 da Resolução nº 02/2024 de 09 de dezembro de 2024.

Artigo 7º - A atribuição de aulas ao Professor de Educação Básica II, para completar a constituição da jornada em que se encontre incluído, quando esgotadas as aulas da disciplina específica do cargo, poderá se dar com aulas livres da disciplina não específica da mesma licenciatura, desde que atendidos os titulares de cargo dessas disciplinas nas respectivas jornadas.

Artigo 8º - Os Professores de Educação Básica II, bem como os candidatos à admissão, aprovados no Processo Seletivo com aulas atribuídas em mais de uma Unidade Escolar, terão como sede de controle de frequência, fixada por todo o ano letivo, a Unidade em que obteve o maior número de aulas, desde que esta quantidade não consista exclusivamente de aulas de projeto, só podendo haver mudança de sede se o docente, durante o ano, vier a perder a totalidade das aulas anteriormente atribuídas nesta unidade.

Do Atendimento ao Docente Durante o Ano

Artigo 9º - No decorrer do ano, sempre que se constatar inexistência de classe ou aulas livres disponíveis para constituição de jornada de trabalho de um titular de cargo, haverá necessidade de atendimento a este docente na Unidade Escolar, por aplicação da ordem inversa à da classificação aos docentes do Processo Seletivo, o que implicará a redução de sua carga horária ou dispensa conforme o caso, observando-se o que segue:

I - não sendo possível processar-se o atendimento ao titular de cargo em sua jornada na forma prevista no "caput" deste artigo, deverão ser retiradas aulas livres da carga suplementar de outro titular de cargo;

II - verificando a impossibilidade de atendimento ao titular de cargo em sua Unidade Escolar, os procedimentos previstos no "caput" deste artigo e no inciso anterior, deverão ser aplicados, na mesma ordem, em nível de município observada a classificação dos docentes em nível de Secretaria Municipal de Educação;

III - a persistir a impossibilidade de atendimento com classes ou aulas livres, deverá ser aplicada em nível de Unidade Escolar, e também de município, a ordem inversa à da classificação dos admitidos do Processo Seletivo, com a retirada de classe ou aulas em substituição.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

Terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Ano VII | Edição nº 1472

Página 3 de 14

Parágrafo único - Não sendo possível o atendimento por qualquer das formas previstas no "caput" e nos incisos deste artigo, o titular de cargo, que se encontre na condição de adido, deverá participar obrigatoriamente das atribuições em nível de município para descaracterizar essa situação ou para compor a jornada, assumindo toda e qualquer substituição que venha a surgir e para a qual esteja habilitado.

Da Acumulação de Cargos

Artigo 10 - A acumulação de dois cargos docentes poderá ser exercida desde que:

I - a somatória das cargas horárias não ultrapasse 64 (sessenta e quatro) horas quando ambos integrarem os quadros da Secretaria Municipal da Educação;

II - haja compatibilidade de horários, consideradas no cargo docente também as horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (TPC) e Trabalho Pedagógico Individual (TPI), integrantes de sua jornada de trabalho.

Parágrafo único - Os procedimentos para formalização do acúmulo de cargos deverão obedecer ao disposto no artigo 41, parágrafos 3º e 4º da Lei nº 2.494/2011 e artigo 21 da Resolução nº 02/2024 de 09 de dezembro de 2024.

Artigo 11 - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Guariba, 10 de dezembro de 2024.

Prof. JOÃO MARQUES GOUVÊA NETO
Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUARIBA
Portaria do Secretário Municipal de Educação nº
09/2024, de 10/12/2024.

Estabelece Cronograma e Comissão destinados ao Processo de Atribuição de Classes e/ou Aulas para o Ano Letivo de 2025.

O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e com base nos ditames do artigo 61 da Lei nº. 2.494 de 01 de abril de 2011, com vista ao Processo de Atribuição de Classes e/ou Aulas para o Ano Letivo de 2025 expede a presente Portaria.

Artigo 1º - Fica estabelecido o seguinte cronograma para o Processo de Atribuição de Classes e/ou Aulas:

Data	Horário	Disciplina
16/12/2024	08h00m	PEB I (Rede Municipal e Municipalizado) classificados do 1º a 50º;
	09h30m	PEB I (Rede Municipal e Municipalizado) classificados do 51º a 100º;
	13h15m	PEB I (Rede Municipal e Municipalizado) classificados do 101º em diante;
	15h15m	PEB I - Professor de Creche (Rede Municipal).
17/12/2024	08h00m	PEB II (Rede Municipal e Municipalizado): Português e Inglês;
	13h15m	PEB II (Rede Municipal e Municipalizado): Matemática e Ciências.
18/12/2024	08h00m	PEB II (Rede Municipal e Municipalizado): Educação Especial, Educação Artística (Arte); História e Geografia;
	13h15m	PEB II (Rede Municipal e Municipalizado): Educação Física.

Parágrafo 1º -O Processo de Atribuição de Classes

e/ou Aulas, **dar-se-á na Secretaria Municipal de Educação, situada à Av. João D'Miguel nº 101, Residencial Macaúbas - Guariba/SP.**

Parágrafo 2º - A(s) aula(s) remanescente(s) ou que surgir(em) após o processo de atribuição inicial será(ão) oferecida(s), inicialmente, aos docentes titulares de cargo que solicitarem ampliação de jornada, na mesma sessão de atribuição, observando-se o disposto nos artigos 2º, 3º e 16 da Resolução nº 02/2024, de 09 de dezembro de 2024.

Parágrafo 3º - A(s) aula(s) remanescente(s), a título de carga suplementar, será(ão) atribuída(s), aos docentes titulares de cargo, no final de cada sessão para composição de jornada de titular de cargo, observando-se o disposto nos artigos 16 e 17 da Resolução nº 02/2024, de 09 de dezembro de 2024.

Parágrafo 4º - A(s) classe(s)/aula(s) que surgir(em) após o processo de atribuição inicial será(ão) oferecida(s) aos titulares de cargo, em data a ser definida posteriormente por meio de Edital de Convocação, observando-se o disposto nos artigos 2º e 15 da Resolução nº 02/2024, de 09 de dezembro de 2024.

Artigo 2º - Fica estabelecida e nomeada a seguinte Comissão, composta por 02 (dois) Assistentes Administrativos: Franciele da Rocha Pereira e Leonardo Santos de Lima; 02 (dois) Representantes da Secretaria Municipal de Educação: Karina Candido do Nascimento e Valquiria Silva Santos; 02 (dois) Representantes do Departamento de Recursos Humanos: Benedita Isabel da Conceição Lopes e Natália dos Santos Pereira; para que proceda ao Processo de Atribuição de Classes e/ou Aulas para o Ano Letivo de 2025, sob a coordenação e supervisão do Secretário Municipal de Educação - Prof. João Marques Gouvêa Neto.

Artigo 3º - Os docentes com pretensão de acumulação de cargos e/ou função, em conformidade com o previsto na legislação vigente, deverão comparecer à sessão de atribuição, munidos de horário (prévio), **incluindo o horário de trabalho pedagógico**, devidamente assinado pela autoridade competente, a fim de compatibilização dos horários das jornadas pretendidas.

Artigo 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Guariba, 10 de dezembro de 2024.

Prof. JOÃO MARQUES GOUVÊA NETO
Secretário Municipal de Educação

Decretos

DECRETO Nº 4.690 - DE 5 DE DEZEMBRO DE 2.024

PROMOVE A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, NO VALOR TOTAL DE R\$ 21.859,93 (VINTE E UM



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

Terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Ano VII | Edição nº 1472

Página 4 de 14

MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E TRÊS CENTAVOS), VISANDO AO ATENDIMENTO DE DESPESAS CORRENTES

CELSO ANTONIO ROMANO, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a autorização legislativa concedida e promulgada pelo Poder Executivo, através da Lei nº 3.759, de 26 de novembro de 2.024 ...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica promovida a abertura de crédito adicional especial no Orçamento Geral do Município, mediante superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício de 2.023, no valor de R\$ 21.859,93 (vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa e três centavos), para devolução de rendimentos resultantes da aplicação financeira dos recursos repassados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, mediante Convênio DM 047411 - SH-PRC-2022-00024-DM, que objetivou a "construção de área para prática de esportes e lazer, no Conjunto Habitacional "Residencial Alpheu Bellodi", classificado e codificado conforme segue:

Unidade Orçamentária	02.18.01	Secretaria de Obras
Funcional: 15.451.0023.2.022.000.3.3.90.93 - Indenizações e Restituições		
Dotação: Nova	Valor: R\$ 21.859,93	Código de Aplicação: 100.0239 - Fonte 2

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Guariba, 5 de dezembro de 2.024.

CELSO ANTONIO ROMANO
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio, no Departamento de Gestão Pública, afixado no local de costume, no quadro de avisos da sede da Prefeitura, na mesma data, e mandado publicar na Imprensa Oficial do Município, criada pela Lei municipal nº 3.119/2018, com circulação diária, na forma eletrônica, nos termos do artigo 90 e § 2º, da Lei Orgânica do Município.

ROSEMEIRE GUMIERI
Diretora do Departamento de Gestão Pública

Resoluções

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUARIBA RESOLUÇÃO Nº 02/2024

Regulamenta o processo de atribuição de classes e aulas da Rede Municipal de Ensino de Guariba, para o ano letivo de 2025

Prof. João Marques Gouvêa Neto, Secretário de Educação do Município de Guariba, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nas disposições pertinentes dos artigos 59 a 61, da Lei Complementar Municipal nº 2.494, de 1º de abril de 2011, observadas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

RESOLVE:

Art. 1º. O processo de atribuição de classes e aulas deverá observar as normas e disposições desta Resolução da Secretaria Municipal de Educação, a quem compete organizar, coordenar, supervisionar e acompanhar os procedimentos pertinentes, inclusive, tomar as providências necessárias à sua execução e divulgação, de modo a garantir direitos e oportunidades iguais a todos os docentes.

§ 1º. As sessões de atribuição de classes e aulas, durante o ano letivo, serão realizadas às segundas-feiras, na sede da Secretaria Municipal de Educação ou na respectiva unidade escolar, mediante prévia divulgação por edital, que será afixado nos locais de costume, para constatação da existência de classes e aulas disponíveis a serem oferecidas, com no mínimo 48 horas de antecedência, ou pelo site da Prefeitura, no endereço: www.guariba.sp.gov.br.

Art. 2º. A atribuição de classes e de aulas, no processo inicial, aos docentes inscritos e classificados nos distintos campos de atuação, observará uma única fase:

I - Secretaria Municipal para os titulares de cargos municipalizados e titulares de cargos municipais, obedecendo à ordem sequencial que deverá garantir a atribuição:

I - aos titulares de cargo na etapa de constituição e composição de jornada;

II - aos candidatos à admissão classificados no Processo Seletivo.

§ 1º - Os docentes que assumirem classes e/ou aulas deverão participar, obrigatoriamente, das formações oferecidas, no decorrer do ano letivo, nos seus respectivos campos de atuação, advindas de adesões a convênios, parcerias e programas que busquem o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas em conformidade com os critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal da Educação.

§ 2º - É vedada a ampliação de jornada, no processo inicial, ficando a solicitação de ampliação condicionada à disponibilidade de aula(s) livre(s) existente(s), remanescente(s) ou que surgir (em) após o processo de atribuição inicial da jornada de trabalho, sendo esta(s) oferecida(s) aos docentes titulares de cargo, que pretendem a ampliação de sua jornada, em momento subsequente, na mesma Sessão de Atribuição ou em sessão específica para tal, convocada por meio de Edital.

Art. 3º. O titular de cargo quando na composição de sua jornada, deverá esgotar todas as aulas livres disponíveis em um único período e Unidade Escolar e, na impossibilidade ou impedimento legal previsto na



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

Terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Ano VII | Edição nº 1472

Página 5 de 14

legislação, poderá pleitear, para análise e julgamento da Comissão de Atribuição, completar sua jornada em outra escola, desde que seja em período inverso, após parecer favorável emitido pela Comissão.

Art. 4º. Cabe à Secretária Municipal de Educação a atribuição de classes e aulas aos docentes da Unidade Escolar, procurando garantir as melhores condições para a viabilização da Proposta Pedagógica da escola, compatibilizando, sempre que possível, as cargas horárias das classes e das aulas com as jornadas de trabalho e as opções dos docentes, observando o campo de atuação e as situações de acumulação remunerada dos servidores, seguindo a ordem de classificação.

Art. 5º. Por meio do Departamento de Recursos Humanos, a Secretaria Municipal de Educação estabelecerá as condições e o período para a inscrição dos professores para o processo de atribuição de classes e aulas, divulgará as classificações dos inscritos e o cronograma da atribuição.

§ 1º. É obrigatória a participação dos docentes em todas as fases do processo de atribuição de aulas, enquanto que o não efetivo, contratado por tempo determinado, optará pela carga horária oferecida.

§ 2º. A Secretaria Municipal de Educação constituirá, anualmente, uma comissão específica de atribuição de classes e aulas, composta por no mínimo 02 (dois) membros representantes de unidades escolares e 02 (dois) membros do Departamento de Recursos Humanos, cuja nomeação far-se-á por meio de portaria ou resolução.

Art. 6º. Será possibilitada a inscrição de candidato à contratação por tempo determinado para o exercício da docência, de conformidade com os artigos 20 e 21, da Lei Complementar municipal nº 2.494, de 1º de abril de 2011, desde que devidamente habilitado ou portador de pelo menos uma das qualificações docentes, de que trata o artigo 8º ou o artigo 9º, desta resolução.

§ 1º. A participação de professores não efetivos e de candidatos à docência no processo de atribuição de classes e aulas está condicionada à aprovação em prova de processo seletivo de avaliação, segundo critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e de acordo com a legislação municipal em vigor.

§ 2º. A designação de professor substituto para o preenchimento de funções atividades de docentes titulares de empregos efetivos far-se-á mediante contrato de trabalho regido pela CLT, cuja admissão ocorrerá nas seguintes hipóteses:

I - regência de classes ou ministração de aulas cuja especificidade ou transitoriedade não justifiquem o provimento de emprego efetivo;

II - substituição para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, como licenças e afastamentos, a qualquer título, de docentes titulares;

III - regência de classes ou ministração de aulas decorrentes de empregos efetivos vagos ou que ainda não

tenham sido criados na forma da lei;

IV - Ministras aulas de reforço escolar ou em projetos educacionais transitórios, desenvolvidos e implementados na Rede Municipal de Ensino.

Art. 7º. Os docentes titulares de cargo municipalizados classificados nas unidades escolares, assim como os docentes titulares de cargo municipais classificados na Secretaria Municipal de Educação, observado o campo de atuação referente às classes e aulas a serem atribuídas, terão sua classificação final incluída dentre os pares, constituindo listagem única, na seguinte conformidade:

I - quanto à situação funcional:

a) titulares de cargo municipalizados e municipais;

II - quanto à habilitação: na(s) disciplina(s) específica(s) do cargo;

III - quanto ao tempo de serviço no campo de atuação da inscrição, com a seguinte pontuação e limites no Cargo: 0,005 por dia;

IV - quanto aos títulos, observado o campo de atuação da inscrição com a seguinte pontuação:

a) Certificado de aprovação em concurso público relativo ao provimento do cargo de que é titular: 10, 0 pontos;

b) Certificado de aprovação em outros concursos públicos de provas e títulos, no mesmo campo de atuação da inscrição: 1,0 ponto até o máximo de 5,0 pontos;

c) Certificado de aprovação em concursos públicos de provas e títulos para Assistente Educacional (Coordenador de Ensino): 1 ponto por certificado, até no máximo 5 pontos;

d) Certificado de pós-graduação, em nível de especialização na área educacional: 5,0 pontos;

e) Diploma de Mestre, na área educacional com reconhecimento do CAPES: 10,0 pontos;

f) Diploma de Doutor, na área educacional com reconhecimento do CAPES: 15,0 pontos;

g) Certificado do Curso "Programa de Formação de Professores de Alfabetização" - Letra e Vida: 2,0 pontos;

h) Certificado do Programa Gestar II: 2,0 pontos;

§ 1º. Será considerado título de mestre ou doutor apenas o diploma correlato ou intrínseco à disciplina do emprego/função, referente às matérias pedagógicas dos cursos de licenciatura e, nesse caso, a pontuação poderá ser considerada em qualquer campo de atuação docente.

§ 2º. Em casos de empate de pontuação na classificação dos inscritos, será observada a seguinte ordem de preferência:

I - pelo maior tempo de serviço no Magistério;

II - pela maior idade/data de nascimento;

III - por encargos de família (maior número de dependentes).

§ 3º. Além dos critérios de que trata este artigo, deverá ser considerado o resultado da prova do processo seletivo de avaliação anual para fins de classificação dos docentes e formação de quadro de reserva, exceto quanto



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

Terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Ano VII | Edição nº 1472

Página 6 de 14

aos titulares de emprego efetivo.

Art. 8º. O tempo de serviço do docente, trabalhado em afastamentos a qualquer título, desde que autorizados sem prejuízo de salários, inclusive o tempo de serviço na condição de readaptado, será computado regularmente para fins de classificação no processo de atribuição de classes e aulas, no emprego, no magistério e mesmo na unidade escolar, quando for o caso.

Parágrafo único. O tempo de serviço trabalhado fora da unidade escolar de origem, em designações, nomeações, readaptações e outros afastamentos, a qualquer título, não será considerado exceto o exercido em unidades centrais da Secretaria Municipal de Educação e oficinas pedagógicas, ou ainda junto ao convênio de municipalização do ensino.

Art. 9º. Para fins de classificação e de atribuição de classe e aulas, os campos de atuação são assim considerados:

I - Educação Infantil (Berçários 1 e 2; Maternal 1; Maternal 2; 1ª Etapa e 2ª Etapa - Pré-escola);

II - Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais, com PEB I e PEB II);

III - Educação Especial (Classes e Salas de Recurso);

IV - Projetos educacionais transitórios e oficina pedagógica.

Art. 10. Em qualquer etapa ou fase, a atribuição de classes e aulas deverá recair sobre docente ou candidato habilitado, portador de diploma de licenciatura, observada a seguinte ordem de prioridade quanto:

I - à situação funcional:

a) titulares de cargo efetivo da rede estadual de ensino, disponibilizados e afastados junto à rede municipal de ensino, por força do convênio de municipalização do ensino fundamental, aprovado pela Lei municipal nº 1.559, de 3 de junho de 1998 e titulares de empregos efetivos da rede municipal de ensino, providos mediante prévia aprovação em concurso público de provas e títulos, classificados em listagem única;

b) demais titulares de empregos efetivos correspondentes aos componentes curriculares das classes e aulas a serem atribuídas, em situação de disponibilidade, considerados adidos, nos termos do artigo 62, da Lei Complementar municipal nº 2.494, de 1º de abril de 2011;

c) docentes estáveis no serviço público, nos termos da Constituição Federal, de 1988;

d) professores substitutos no exercício da função docente, por meio de contratação temporária, ou candidatos à contratação temporária, em face de classificação em processo seletivo de avaliação.

II - ao tempo de serviço no magistério público oficial e aos títulos adquiridos, nos termos dos incisos I e II, do artigo 6º, desta resolução.

Parágrafo Único - Quando não houver candidatos habilitados à carga horária/aula/classe, após nova publicação, à atribuição poderá recair sobre os candidatos licenciados, devidamente habilitados como disciplina não

específica da mesma licenciatura.

Art. 11. Após a atribuição de classes e aulas pela Secretaria Municipal de Educação, aos docentes inscritos e classificados, para o respectivo ano letivo, as unidades escolares poderão convocar os professores substitutos, de acordo com o quadro de reserva, observada a ordem da classificação obtida no processo seletivo de avaliação, mediante contratação temporária.

§ 1º. O candidato à contratação temporária, dado o caráter eventual e transitório da substituição do docente titular, estará sujeito à atribuição de aulas em quantidade inferior à das cargas horárias normais de trabalho docente, podendo assumir as classes e aulas em uma única unidade escolar ou em mais de uma, se houver compatibilidade de horários e de distância entre elas.

§ 2º. A remuneração do exercício da função-atividade de docente do professor substituto, contratado temporariamente, dar-se-á na proporção exata da quantidade de horas-aulas ministradas dentro do respectivo mês, cujo cálculo far-se-á com base nos paradigmas dos padrões de referências salariais das jornadas de trabalho semanal, nunca excedendo 40 horas semanais e/ou 200 horas mensais:

I - 30 horas - referência 16A - PEB I e PEB I - Professor de Creche;

II - 24 horas - referência 13A - PEB II;

III - 30 horas - referência 16A - PEB II.

§ 3º. O professor substituto, com melhor colocação no processo seletivo, se convocado para substituição de docente titular, por um período de regência de classes ou ministração de aulas inferior ao que for oferecido ao classificado seguinte, terá o direito de preferência para assumir este e disponibilizar aquele, fato esse permitido apenas uma única vez no mesmo contrato.

§ 4º. Fica facultada ao candidato melhor classificado no quadro de reserva do processo seletivo a possibilidade de declinar de classes ou aulas em substituição, ou mesmo livres, que não lhe consulte os próprios interesses, quanto à localização da unidade escolar ou ao número de horas-aula disponíveis, mantido o seu direito de nova convocação.

Art. 12. A atribuição de classes e aulas dos cursos de Educação de Jovens e Adultos - EJA - será efetuada juntamente com as classes e aulas do ensino regular, no processo inicial e durante o ano, no caso de necessidades temporárias de excepcional interesse da educação, observando-se os mesmos critérios de habilitação e de qualificação docente, contidos nesta resolução.

Art. 13. As aulas ministradas em classes de Educação Especial (Salas de Atendimento Educacional Especializado) deverão ser atribuídas a docentes portadores de diploma de licenciatura plena em Pedagogia ou de Curso Normal Superior, com habilitação específica na área de necessidade especial das referidas aulas.

§ 1º - Esgotadas as possibilidades de atribuição a docentes e candidatos devidamente habilitados, as aulas das classes de Educação Especial (Salas de Atendimento



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

Terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Ano VII | Edição nº 1472

Página 7 de 14

Educacional Especializado) poderão ser atribuídas na seguinte ordem de prioridade de qualificações:

I - a portadores de diploma de licenciatura plena em Pedagogia, com certificado de curso de especialização, específico na área da necessidade especial, de no mínimo 360 horas;

II - a portadores de diploma de licenciatura plena, com certificado de curso de especialização ou aperfeiçoamento específico na área da necessidade especial, de no mínimo 120 horas.

Art. 14. No processo de atribuição de classes e aulas deverá, ainda, ser observado que:

I - o aumento de carga horária ao servidor titular, que se encontre em licença ou afastamento a qualquer título, somente será concretizado, para todos os fins e efeitos, no efetivo retorno ao exercício da função docente;

II - a redução da carga horária do docente ou da jornada de trabalho, resultante da atribuição de carga horária menor ou da perda de classe ou de aulas, será concretizada de imediato à ocorrência, independentemente de se encontrar em exercício ou em licença ou afastamento a qualquer título, exceto nos casos de licença saúde, licença à gestante e licença adoção;

Art. 15. Não poderá haver desistência de aulas atribuídas do titular de emprego efetivo ou na carga horária dos docentes não efetivos ou do professor substituto, contratado temporariamente, exceto nas situações de:

I - o docente vir a prover novo emprego público, de qualquer alçada, em regime de acumulação remunerada;

II - atribuição, com aumento ou manutenção da carga horária, em uma das unidades escolares em que se encontre em exercício, a fim de reduzir o número de escolas.

III - o docente que faltar às aulas de uma determinada turma/ano sem motivo justo, no(s) dia(s) estabelecido(s) em seu horário semanal de trabalho, por 3 (três) semanas seguidas ou por 5 (cinco) semanas interpoladas, perderá as aulas correspondentes à carga horária de trabalho nas respectivas turmas/classes.

IV - quando o docente contratado se enquadrar na situação prevista no inciso anterior, ficará caracterizado descumprimento contratual, passível de rescisão de contrato.

V - o titular de cargo poderá, de acordo com seu interesse, requerer a troca de classe/aula somente uma vez no ano letivo, dentro do período de 30 (trinta dias) a partir do início do mesmo, desde que haja interesse público da administração, não concorrendo prejuízo algum aos discentes e devidamente fundamentados os motivos por parte do interessado, motivo(s) esse(s) declarado(s) em requerimento específico, submetido à análise da Comissão de Atribuição.

Parágrafo único - O descumprimento do disposto no inciso IV este artigo acarretará ao interessado o impedimento de concorrer à nova atribuição de classe e/ou aulas durante a vigência do respectivo Processo Seletivo

pelo qual esteja concorrendo.

Art. 16. A constituição regular das jornadas de trabalho dos docentes titulares de emprego efetivo verificase com atribuição de classe livre da Educação Básica - Ensino Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental e EJA ou aulas livres da disciplina específica do emprego efetivo nos Anos Finais do Ensino Fundamental e EJA, ou ainda, com classe/aulas livre(s) da(s) Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), da área de necessidades especiais, relativa ao seu emprego efetivo no Ensino Fundamental.

§ 1º. Quando esgotadas em nível de Unidade Escolar, as aulas livres da disciplina específica do seu emprego efetivo, o docente poderá completar a constituição de sua jornada com aulas livres das disciplinas não específicas da mesma licenciatura, desde que após a atribuição aos respectivos titulares dessas disciplinas, dentro das mesmas jornadas.

§ 2º. O docente Titular de Cargo de Provisão Efetivo que se encontre em afastado das atividades de regência de classe/aulas participará somente no processo inicial de atribuição de aulas/classe, sendo garantida a jornada de trabalho em que esteja inscrito.

1. O afastamento que trata o presente parágrafo poderá ser a título de:

I. "Readaptação" por recomendação do Médico do Trabalho ou pelo DPME;

II. Afastamento sem remuneração conforme Artigo 15 da Lei nº 2026, de 14 de janeiro de 2005;

III. Nomeado para Cargo em Comissão, cedido para outras Secretarias/Departamentos;

IV. Afastamento para suporte pedagógico vinculado à Secretaria da Educação.

§ 3º. Quando o afastamento motivado por processo de "Readaptação", será atribuída nova carga horária equivalente à do momento da concessão do afastamento.

§ 4º. Está vedada a participação do docente que se encontre afastado, conforme previsto no parágrafo 2º, em outras fases do processo de atribuição de aulas/classe enquanto perdurar o afastamento.

§ 5º. As cargas horárias referentes aos componentes curriculares que constituem as Matrizes Curriculares da Educação em Tempo Integral (Oficinas) serão atribuídas, obrigatoriamente, a título de Carga Suplementar de Trabalho, sendo elas:

I - Educação Infantil:

a) Creche:

1. Letramento e Alfabetização: 4 (quatro) horas/aula por turma;

2. Letramento Matemático: 2 (duas) horas/aula por turma;

3. Recreação: 4 (quatro) horas/aula por turma.

b) Pré-Escola (1ª e 2ª Etapas):

1. Letramento e Alfabetização: 4 (quatro) horas/aula por turma;

2. Letramento Matemático: 2 (duas) horas/aula por



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

Terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Ano VII | Edição nº 1472

Página 8 de 14

turma;

3. Recreação: 4 (quatro) horas/aula por turma.

II – Ensino Fundamental – Anos Iniciais:

a) 1º Ano

1. Língua Portuguesa – Aprofundamento Curricular: 2 (duas) horas/aula por turma;

2. Matemática – Aprofundamento Curricular: 2 (duas) horas/aula por turma;

3. Língua Inglesa: 2 (duas) horas/aula por turma;

4. Cultura do Movimento - Atividades Esportivas e Recreativas: 2 (duas) horas/aula por turma;

5. Culturas e Saberes em Arte: 2 (duas) horas/aula por turma.

III – Ensino Fundamental – Anos Finais:

a) 6º, 7º e 8º anos:

1. Língua Portuguesa – Aprofundamento Curricular: 2 (duas) horas/aula por turma;

2. Matemática – Aprofundamento Curricular: 2 (duas) horas/aula por turma;

3. Tecnologia e Inovação – Pensamento Computacional: 2 (duas) horas/aula por turma;

4. Cultura do Movimento - Atividades Esportivas e Recreativas: 2 (duas) horas/aula por turma;

5. Ciências e Pesquisas: 2 (duas) horas/aula por turma.

Art. 17. As cargas horárias dos Componentes Curriculares previstos no Artigo anterior serão atribuídas aos docentes habilitados nos respectivos campos de atuação de seu cargo de provimento efetivo:

§ 1º. Da Educação Infantil:

I) Creche:

1. Letramento e Alfabetização; Recreação e Letramento Matemático: PEB I – Professor de Creche;

II) Pré-Escola (1ª e 2ª Etapas):

1. Letramento e Alfabetização; Recreação e Letramento Matemático: PEB I – Pré-Escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

a) A carga horária referente às Oficinas Curriculares constantes nas matrizes curriculares da Educação Infantil deverá, prioritariamente, ser atribuída ao professor regente da turma.

§ 2º. Do Ensino Fundamental – Anos Iniciais:

I) 1º Ano:

1. Língua Portuguesa – Aprofundamento Curricular e Matemática – Aprofundamento Curricular: PEB I – Pré-Escola e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

2. Língua Inglesa: PEB II – Inglês;

3. Cultura do Movimento – Atividades Esportivas e Recreativas: PEB II – Educação Física;

4. Culturas e Saberes em Arte: PEB II – Educação Artística/Arte.

§ 3º. Do Ensino Fundamental – Anos Finais:

I) 6º e 7º Anos

1. Língua Portuguesa – Aprofundamento Curricular: PEB II – Língua Portuguesa;

2. Matemática – Aprofundamento Curricular: PEB II – Matemática;

3. Cultura do Movimento – Atividades Esportivas e Recreativas: PEB II – Educação Física;

4. Ciências e Pesquisas: PEB II – Ciências;

5. Tecnologia e Inovação – Pensamento Computacional PEB II – Língua Portuguesa com comprovação de conhecimentos e/ou formação em informática educacional.

II) 8º Anos

1. Língua Portuguesa – Aprofundamento Curricular: PEB II – Língua Portuguesa;

2. Matemática – Aprofundamento Curricular: PEB II – Matemática;

3. Cultura do Movimento – Atividades Esportivas e Recreativas: PEB II – Educação Física;

4. Ciências e Pesquisas: PEB II – Ciências;

5. Tecnologia e Inovação – Pensamento Computacional: PEB II – Matemática com comprovação de conhecimentos e/ou formação em informática educacional.

§ 4º. O docente interessado em concorrer às aulas referentes ao componente curricular Tecnologia e Inovação – Pensamento Computacional deverá apresentar no momento da Sessão de Atribuição documento(s) que comprove(m) sua habilitação/formação na área, podendo ser Diploma (s) ou Certificado (s).

§ 5º. Caberá aos membros da Comissão de Atribuição e/ou técnicos da Secretaria da Educação a avaliação e validação do(s) documento(s) mencionado(s) no parágrafo anterior.

Art. 18. A atribuição de classes e aulas, no início ou durante o ano letivo, deverá ser realizada na Secretaria Municipal de Educação, observados o campo de atuação, as faixas de situação funcional, bem como a ordem de prioridade dos níveis de habilitação e qualificação docentes, titulares de emprego efetivo e a candidatos à admissão classificados em processo seletivo específico.

Art. 19. Para toda e qualquer atribuição de aulas ou de classes, o docente deverá comparecer, obrigatoriamente, munido de horário de trabalho atualizado, fornecido pela secretaria de sua Unidade Escolar, a fim de viabilizar a atribuição, compatibilizando horários de aulas, TPCs, TPIs e a distância entre escolas.

Art. 20. Os docentes que se encontrem em situação de licença ou afastamento, a qualquer título, não poderão concorrer à atribuição de classes e aulas, durante o ano letivo, exceto:

I – docente em situação de licença-gestante;

II – titular de emprego efetivo, exclusivamente, para constituição de carga horária completa.

Art. 21. A acumulação remunerada de dois cargos, empregos ou funções docentes, ou de um cargo, emprego ou função de suporte pedagógico com outro docente, poderá ser exercida, desde que:

I – o somatório das cargas horárias de trabalho dos cargos, empregos ou funções não exceda o limite de 64 horas, quando ambos integrarem o quadro desta Secretaria Municipal de Educação;

II – haja compatibilidade de horários, consideradas, no



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

Terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Ano VII | Edição nº 1472

Página 9 de 14

cargo, emprego ou função docente, também as horas de Trabalho Pedagógico Coletivo e Trabalho Pedagógico Individual - TPCs e TPIs -, integrantes de sua carga horária de trabalho.

§ 1º. A acumulação do exercício de cargo, emprego ou função docente com o exercício das atribuições de suporte pedagógico, como titular de emprego ou em situação de designação, somente será possível quando forem distintas as respectivas áreas de atuação funcional.

§ 2º. Ao docente titular de emprego efetivo, designado para exercer função de suporte pedagógico ou em posto de trabalho de Vice-Diretor de EMEB, é vedado o exercício de função docente em regime de acumulação.

§ 3º - Em conformidade com o disposto no artigo 41, parágrafos 3º e 4º da Lei nº 2494/2011, o docente que atua em dois empregos públicos, deverá requerer junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal a análise do pedido de acúmulo, obedecendo às disposições legais;

§ 4º - Os docentes referidos no parágrafo anterior, terão prazo de 3 (três) dias úteis, após a atribuição da segunda jornada, para apresentação dos horários de trabalho com assinatura e carimbo do Diretor da Unidade Escolar, onde deverão constar inclusive o TPC e TPI.

Art. 22. No momento da atribuição, uma vez assinada a ata pelo candidato, em hipótese alguma será permitida a troca por outras aulas/classe.

Art. 23. O docente admitido pelo processo seletivo será considerado desistente, caso não compareça ou se comunique com a Unidade Escolar, no primeiro dia útil imediato à atribuição, e/ou ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Guariba, ficando impedido de concorrer à nova atribuição durante a vigência do respectivo Processo Seletivo pelo qual esteja concorrendo.

Art. 24. A atribuição de carga horária para acompanhamento de aluno com necessidades especiais para docente classificado em processo seletivo específico priorizará, quando o caso, a manutenção/continuidade de acompanhamento do mesmo aluno.

Parágrafo único. A alteração do aluno acompanhado para o ano letivo de 2024, pelo candidato participante da sessão de atribuição de carga horária de acompanhamento, só será permitida na fase inicial do processo de atribuição (1ª fase do ano), devidamente fundamentados os motivos por parte do interessado, motivo(s) esse(s) declarado(s) em requerimento específico, submetido à análise da Comissão de Atribuição e/ou Equipe Técnica, sendo prerrogativa dessas.

Art. 24. Fica expressamente vedada a atribuição de classes ou aulas a partir de 1º de dezembro do ano letivo em curso, exceto se em caráter eventual.

Art. 25. Os recursos referentes ao processo de atribuição de classes e aulas não terão efeito suspensivo nem retroativo e deverão ser interpostos no prazo de dois dias úteis, após a ocorrência do fato motivador, dispondo a

autoridade recorrida de igual prazo para decisão.

Art. 26. A Secretaria Municipal de Educação expedirá normas complementares às disposições desta resolução, estabelecendo critérios e definindo prazos e procedimentos necessários ao seu rigoroso cumprimento na execução do processo anual de atribuição de classes e aulas.

Art. 27. Casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Atribuição da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 28. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Guariba, 09 de dezembro de 2024.

Prof. JOÃO MARQUES GOUVÊA NETO
Secretário Municipal de Educação

Licitações e Contratos

Homologação / Adjudicação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

PROCESSO SLP Nº 359/2024 - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 013/2024 - Objeto: contratação de empresa legalmente estabelecida e especializada para execução de recapeamento asfáltico, sinalização viária, calçamento e rampas de acessibilidade no passeio público, em concreto, no município de Guariba - SP. Os serviços incluem o fornecimento de materiais, em conformidade com o convênio firmado junto ao GOVERNO FEDERAL, por meio do CONTRATO DE REPASSE 1091451-14/2023, 953042/2023 com o município de Guariba - SP. Pelo presente ato fica homologado e adjudicado o objeto do processo acima mencionado, à empresa: PORTO JUNIOR USINA DE ASFALTO LTDA, com o lote 1 - R\$ 679.293,47.

Guariba, 09 de dezembro de 2024.

Celso Antônio Romano

Prefeito Municipal

Extrato de Termo Aditivo

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS

1º Termo Aditivo - Contrato Administrativo nº 048/2024 - Processo de Licitação nº 176/2024; Pregão Eletrônico nº 068/2024; Contratante: Prefeitura Municipal de Guariba; Contratada: PLA ENGENHARIA LTDA - ME; Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços de renovação/adequação do AVCB, da edificação do Ginásio de Esportes "Vereador Eduardo Atique", para o atendimento previsto no regulamento de Segurança Contra Incêndio das Edificações e Áreas de Risco do Estado de São Paulo; Aditamento: Fica prorrogado o prazo de duração do Contrato Administrativo nº 048/2024, por mais 06 (seis) meses, no período de 15/12/2024 a 14/06/2025, com fundamento nos arts. 106 e 107 da Lei federal nº 14.133/21. Data de Assinatura: 05/12/2024.

3º Termo de Aditamento ao Contrato Administrativo nº



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

Terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Ano VII | Edição nº 1472

Página 10 de 14

013/2024- Processo de Licitação nº 475/2023; Modalidade: Concorrência Eletrônica nº 004/2023; Contratante: Prefeitura Municipal de Guariba; Contratada: PREVEN OBRAS E SOLUCOES EM ENGENHARIA LTDA; Objeto: A contratação de empresa de engenharia para a execução, mediante empreitada por preço global, das obras de construção de um pórtico de 95,40 m² com guarita no Centro de Lazer Municipal “José Deodato”, no Município de Guariba, no endereço: Avenida Helaine de Oliveira Varella, nº 11, no Bairro: Vila Rocca, nesta cidade. Aditamento: Fica prorrogado o prazo de vigência contratual das obras de construção das obras de construção de um Pórtico de 95,40 cm² com Guarita, no Centro de Lazer Municipal “José Deodato”, referente ao Contrato Administrativo nº 013/2024, por mais 1 (um) mês, no período de 13/11/2024 a 12/12/2024, enquanto o prazo de execução já se encontra vencido desde o dia 14/10/2024, por motivo de estarem concluídas as obras supracitadas, mantendo-se inalterado, sem qualquer reajustamento ou repactuação, o respectivo valor total e inicial de R\$ 391.000,00, de acordo com o subitem 3.2 da cláusula terceira do instrumento contratual. Data de Assinatura: 12/11/2024.

Guariba, 09 de dezembro de 2024.

Celso Antônio Romano

Prefeito Municipal

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 01/2023

Objeto: 2º Termo Aditivo ao Termo de Fomento nº 01/2023, firmado entre o Município de Guariba e a Obra Unida Lar São Vicente de Paulo; **Justificativa:** recurso financeiro oriundo de aplicação financeira do exercício de 2023 dos recursos recebidos via Fundo Estadual de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social para o cofinanciamento dos serviços Socioassistenciais para a Entidade do Terceiro Setor na execução do serviço de Acolhimento Institucional para Idosos; **Valor do repasse: R\$ 832,84** (oitocentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos), advirão de recursos do Tesouro Estadual; **Aditivos: (1)** Fica mantido o prazo de vigência da parceria em regime de mútua cooperação até 31/12/2024; **(2)** Ficam mantidas as metas do plano de trabalho original, conforme anexo a este termo aditivo, para acréscimo no valor de repasse de aplicação financeira; **Dotação Orçamentária: Recurso Estadual 08.243.0019.2.130000.3.3.50.43 Demais cláusulas:** São mantidas inalteradas e com plena eficácia as demais normas e condições; **Fundamentação legal:** art. 57, da Lei federal nº 13.019/2014; **Assinatura: 09/12/2024;**

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2023

Objeto: 5º Termo Aditivo ao Termo de Fomento nº 01/2023, firmado entre o Município de Guariba e o Centro Social, Comunitário e Educacional São

Matheus; **Finalidade:** recurso financeiro oriundo de aplicação financeira do exercício de 2023 dos recursos recebidos via Fundo Estadual de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social para o cofinanciamento dos serviços Socioassistenciais para a Entidade do Terceiro Setor na execução do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Criança e Adolescente; **Concedente:** Prefeitura Municipal de Guariba; **Proponente: Centro Social Comunitário e Educacional São Matheus** no valor total do repasse de: **R\$ 1.261,57** (mil e duzentos e sessenta e um reais e cinquenta e sete centavos), de recurso estadual; **Fonte de recurso:** estadual; **Aditivos: (1)** Fica mantido o prazo de vigência da parceria em regime de mútua cooperação até 31/12/2024; **(2)** Ficam mantidas as metas do plano de trabalho original, conforme anexo a este termo aditivo, para acréscimo no valor de repasse de aplicação financeira; **Dotação orçamentária: 08.243.0019.2.087000.3.3.50.43; Demais cláusulas:** São mantidas inalteradas e com plena eficácia as demais normas e condições; **Fundamentação legal:** art. 57, da Lei federal nº 13.019/2014; **Assinatura: 09/12/2024;**

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 07/2023.

Objeto: 2º Termo Aditivo ao Termo de Fomento nº 07/2023, firmado entre o Município de Guariba e a “Associação Casa da Criança”; **Justificativa:** recurso financeiro oriundo de aplicação financeira do exercício de 2023 dos recursos recebidos via Fundo Estadual de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social para o cofinanciamento dos serviços Socioassistenciais para a Entidade do Terceiro Setor na execução do serviço de Acolhimento Institucional para Criança/Adolescente; **Valor do repasse: R\$ 832,84** (oitocentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos), advirão de recursos do Tesouro Estadual; **Aditivos: (1)** Fica mantido o prazo de vigência da parceria em regime de mútua cooperação até 31/12/2024; **(2)** Ficam mantidas as metas do plano de trabalho original, conforme anexo a este termo aditivo, para acréscimo no valor de repasse de aplicação financeira; **Dotação Orçamentária: Recurso Estadual 08.243.0019.2.130000.3.3.50.43 Demais cláusulas:** São mantidas inalteradas e com plena eficácia as demais normas e condições; **Fundamentação legal:** art. 57, da Lei federal nº 13.019/2014; **Assinatura: 09/12/2024;**

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 09/2023.

Objeto: 3º Termo Aditivo ao Termo de Fomento nº 09/2023, firmado entre o Município de Guariba e o Centro Social Comunitário “Cristo Rei”; **Justificativa:** recurso financeiro oriundo de aplicação financeira do exercício de



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

Terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Ano VII | Edição nº 1472

Página 11 de 14

2023 dos recursos recebidos via Fundo Estadual de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social para o cofinanciamento dos serviços Socioassistenciais para a Entidade do Terceiro Setor na execução do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Criança e Adolescente; **Concedente:** Prefeitura Municipal da Guariba; **Proponente: Centro Social Comunitário "Cristo Rei"** no valor total do repasse de: **R\$ 1.261,57** (mil e duzentos e sessenta e um reais e cinquenta e sete centavos), de recurso estadual; **Fonte de recurso:** estadual; **Aditivos: (1)** Fica mantido o prazo de vigência da parceria em regime de mútua cooperação até 31/12/2024; **(2)** Ficam mantidas as metas do plano de trabalho original, conforme anexo a este termo aditivo, para acréscimo no valor de repasse de aplicação financeira;

Dotação

orçamentária: 08.243.0019.2.087000.3.3.50.43; Demais cláusulas: São mantidas inalteradas e com plena eficácia as demais normas e condições; **Fundamentação legal:** art. 57, da Lei federal nº 13.019/2014; **Assinatura: 09/12/2024;**

Guariba, 9 de dezembro de 2024.
CELSO ANTÔNIO ROMANO
Prefeito Municipal

Aviso de Contratação Direta

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO **CONVOCAÇÃO DE EMPRESAS INTERESSADAS** **P/ JUNTADA DE PROPOSTAS SUPLEMENTARES**

Para os fins do **§ 3º, do art. 75, da Lei federal nº 14.133/2021**, a Administração Pública do Município de Guariba avisa que, por estar sendo realizada a **Dispensa de Licitação**, para a contratação direta, na forma dos **incisos I e II**, do acima citado dispositivo, de **"contratação de empresa especializada para realizar coleta por baixa vazão e análise de água subterrânea nos poços de monitoramento do aterro sanitário."**, manifesta interesse de abrir o prazo de três dias úteis, a partir da data desta divulgação, em sítio eletrônico oficial, para obter propostas adicionais de eventuais empresas interessadas, além daquelas obtidas durante a pesquisa direta com no mínimo três fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, para a estimativa da despesa orçamentária, na forma do **art. 72, inciso II, c/c art. 23, inciso IV**, da mencionada lei, para que ao final do prazo possa ser selecionada a proposta mais vantajosa, cabendo, quanto a esta, a comprovação, para efeito de contratação, de que preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínimas necessárias.

As propostas deverão ser encaminhadas para o email: compras@guariba.sp.gov.br, comprasguariba@gmail.com ou protocoladas na Sede da Prefeitura, no endereço: **Avenida Evaristo Vaz, 1.190 - Centro**, juntamente com as cópias dos seguintes documentos destinados a comprovação dos requisitos de

habilitação e qualificação mínima necessária: ato constitutivo - estatuto ou contrato social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as sociedades comerciais, e, em se tratando de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor; Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme Lei federal nº 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor; prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os débitos previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor; Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado em vigor; Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município; Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; e certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 dias da data designada para a apresentação do documento.

Guariba (SP), 09 de dezembro de 2024.
Setor de Compras e Contratações
Secretaria de Administração Geral

Termo de Cancelamento

Gabinete do Prefeito **TERMO DE CANCELAMENTO** **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 165/2024**

CELSO ANTONIO ROMANO, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe conferem os **incisos II e XXX do art. 73, da Lei Orgânica do Município**, com fundamento no **artigo 71, inciso II, da Lei federal nº 14.133/21...**

Objeto: O objeto da presente licitação é o registro de preços visando a futura contratação de empresa para confecção de uniformes destinados aos servidores públicos municipais, lotados nas Secretarias Municipais.

Pelo presente termo, após deliberar sob o ponto de vista da conveniência e da oportunidade, para o atendimento do interesse público da Administração Municipal, fica cancelado o Pregão Eletrônico nº 165/2024, tendo em vista que a Pregoeira declarou fracassada a



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

Terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Ano VII | Edição nº 1472

Página 12 de 14

sessão pública, pelo motivo de desclassificação das Empresas, em razão das reprovações das amostras pelo órgão gerenciador responsável pelas análises; bem como, devido ao fato dos valores estarem acima do estimado pela Administração das próximas empresas classificadas.

Em razão do desfazimento do processo do Pregão Eletrônico nº 165/2024, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa, com a fixação de prazo de 3 (três) dias úteis para eventual interposição de recurso, nos termos dos arts. 71, §3º, e 165, inciso I e letra "d", da Lei federal nº 14.133/21.

Guariba, 06 de dezembro de 2024.

CELSO ANTONIO ROMANO
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 186/2024 - Objeto:

Registro de preços para fornecimento parcelado de materiais básicos de construção, para manutenção das diversas atividades da Prefeitura Municipal de Guariba e para uso de todas as Secretarias, de acordo com as quantidades, especificações e unidades descritas na tabela constante do termo de referência. **Sessão Pública: dia 06 de janeiro de 2025 às 09:15 horas, podendo prorrogar para o dia 07/01/2025** na sede da Prefeitura Municipal, endereço abaixo.

INFORMAÇÕES: Na sede da Prefeitura Municipal de Guariba, sita Avenida Evaristo Vaz nº 1.190 - Centro, ou pelo fone (0xx16) 3251-9422 - Ramais 239/ 240/ 241/ 242/ 243/ 246 e 260. Os editais poderão ser lidos ou obtidos, através dos sites: www.guariba.sp.gov.br / www.bll.org.br, **durante os dias: 11 de dezembro de 2024 a 03 de janeiro de 2025 (Pregão Eletrônico nº 186/2024)**

Guariba, 09 de dezembro de 2024.

Celso Antônio Romano
Prefeito Municipal

Extrato

Gabinete do Prefeito

15º TERMO ADITIVO (CONVÊNIO "SUS" Nº. 01/2023

Referência: 15º Termo Aditivo ao Convênio nº 01/2023 de Contratualização do SUS; Conveniente: Município de Guariba (Secretaria Municipal de Saúde); Conveniada: Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Guariba; Objeto: repasses de recursos financeiros do Ministério de Saúde, liberados pelo sistema fundo a fundo, referente à complementação da remuneração, a título de "assistência financeira complementar", para que a entidade conveniada pague o piso salarial dos seus profissionais de enfermagem, referente à parcela do mês de novembro e do 13º de 2024; Valor da parcela: A parcela do mês de novembro de 2024 corresponde ao valor total R\$ 60.956,90 (sessenta mil,

novecentos e cinquenta e seis reais, e noventa centavos), e do 13º de 2024 corresponde ao valor total R\$ 60.956,90 (sessenta mil, novecentos e cinquenta e seis reais, e noventa centavos), totalizando o montante a ser liberado no valor de R\$ 121.913,80 (cento e vinte e um mil, novecentos e treze reais, e oitenta centavos), observados os Anexos I e II; Prazo de liberação: Com a publicação da lei municipal de abertura de crédito especial, que possibilita o empenho prévio dos recursos financeiros repassados pelo Ministério da Saúde, sistema fundo a fundo, a liberação dos valores da parcela do mês de novembro de 2024 e 13º de 2024 será imediata, pelo valor total, em favor da entidade conveniada; Dotação orçamentária: 02.05.01.10.302.0039.2.073000.3.3.90.39 (fonte de recurso federal) - exercício financeiro de 2024; Fundamentação legal: Lei federal nº 14.434, de 04/08/2022, Emenda Constitucional nº 127, de 22/12/2022, Lei municipal nº 3.680, de 31/01/2024, e Portarias GM/MS nº. 5.783 de 26/11/2024, e 5.7893 de 28/11/2024 do Ministério da Saúde; Assinatura: 02/12/2024.

Guariba, 02 de Dezembro de 2024.

CELSO ANTONIO ROMANO
Prefeito Municipal

Autorização de Contratação Direta

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE PARA O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

(Art. 72, inciso VIII, da Lei federal nº 14.133/2021)

Processo nº 423/2024

(X) Dispensa nº 91/2024 () Inexigibilidade nº ___/2024.

CELSO ANTÔNIO ROMANO, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, IX, XXIII e XXX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, de 05/04/1990...

Pelo presente ato, tendo em vista a instrução de processo de contratação direta, com o estrito cumprimento das exigências previstas no **art. 72, incisos I ao VIII, da Lei federal nº 14.133, de 01/04/2021**, e regulamentadas pelo **art. 8º, incisos I a VIII, do Decreto municipal nº 4.397, de 03/07/2023**, dentre os quais se sobressaem o parecer jurídico, e conforme o caso, também o parecer técnico, que demonstram o atendimento dos requisitos exigidos, quando couberem: o documento de formalização de demanda e, conforme o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; a estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no **art. 23 da Lei federal nº 14.133, de 2021**; a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; e, conforme o caso, após o cumprimento do disposto no **§ 3º do art. 75**, do citado diploma legal, com a divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial pelo prazo mínimo de três dias úteis, com a juntada do termo de referência para a especificação do



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

Terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Ano VII | Edição nº 1472

Página 13 de 14

objeto pretendido e as exigências de habilitação, a fim de manifestar interesse desta Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, que se apresentadas ou não, selecionar a proposta mais vantajosa; para somente então, depois de a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; e da confirmação da razão da sua escolha e da justificativa de preço, fica autorizada a contratação direta para **aquisição do medicamento Bromoprida 10mg, para atendimento da população por um período de 90 dias**, da empresa: **DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 02.520.829/0001-40, pelo valor de R\$ 5.952,00.**

O presente ato de autorização da contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no site eletrônico oficial ou Portal Nacional de Contratações Públicas (**PNCP**), de conformidade com o **parágrafo único dos arts. 72 e 94, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021.**

Guariba, 09 de dezembro de 2024.

CELSO ANTÔNIO ROMANO

Prefeito Municipal

.....



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE GUARIBA

Conforme Lei Municipal nº 3.119, de 06 de abril de 2018

Terça-feira, 10 de dezembro de 2024

Ano VII | Edição nº 1472

Página 14 de 14



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARIBA

Av. Evaristo Vaz, 1190 - Centro

CNPJ: 48.664.304/0001-80

Telefone: (0xx16) 3251.9422

AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE PARA O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA (Art. 72, inciso VIII, da Lei federal nº 14.133/2021).

Processo nº 418/2024

() Dispensa por Justificativa nº ____/2024 **(X) Dispensa por Limite nº 89/2024.**

CELSO ANTÔNIO ROMANO, Prefeito do Município de Guariba, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II, IX, XXIII e XXX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, de 05/04/1990...

Pelo presente ato, tendo em vista a instrução de processo de contratação direta, com o estrito cumprimento das exigências previstas no **art. 72, incisos I ao VIII, da Lei federal nº 14.133, de 01/04/2021**, e regulamentadas pelo **art. 8º, incisos I a VIII, do Decreto municipal nº 4.397, de 03/07/2023**, dentre os quais se sobressaem o parecer jurídico, e conforme o caso, também o parecer técnico, que demonstram o atendimento dos requisitos exigidos, quando couberem: o documento de formalização de demanda e, conforme o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; a estimativa de despesa, calculada na forma estabelecida no **art. 23 da Lei federal nº 14.133, de 2021**; a demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; a comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; a razão da escolha do contratado; e, a justificativa de preço, fica autorizada a dispensa de licitação, por dispensa por limite, para a aquisições de LICENÇA DE SOFTWARE DE RASTREAMENTO DE VEÍCULOS, em favor da empresa **CONTROL RISK MONITORAMENTO LTDA – CNPJ N°02.030.538/0001-74**, no valor total de **R\$ 22.815,00**, com fundamento no **art. 75, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021**.

Como condição indispensável à eficácia deste ato, que autoriza a contratação direta, quer por dispensa **(X)**, quer por inexigibilidade (), deverá ser divulgado e mantido à disposição do público no site eletrônico oficial do Portal Nacional de Contratações Públicas (**PNCP**) e no site oficial deste Município: www.guariba@sp.gov.br, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis, da data de sua assinatura, nos termos do **art. 94, inciso II, da Lei federal nº 14.133/2021 c/c parágrafo único do art. 8º, do Decreto municipal nº 4.397/2023**.

Guariba, 06 de dezembro de 2024.

CELSO ANTÔNIO ROMANO

Prefeito Municipal

Av. Evaristo Vaz nº 1.190, Centro CEP: 14.840-000 – Cx. Postal, 49
Fone: (0xx16) 3251-9422 e-mail: guariba@guariba.sp.gov.br